

Nesta Edição:

- Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprova regime de previdência complementar para os servidores civil da União;
- Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico debate “Fator Previdenciário”;
- Frente Ambientalista debate, na Câmara, economia Verde e a Rio + 20;

## Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprova regime de previdência complementar para os servidores civis da união

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal – CAE aprovou, hoje, parecer do relator, senador José Pimentel, favorável, com emenda, ao PLC 32/2011, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais. A emenda aprovada na CAE promove ajuste de técnica legislativa, sem alterar o mérito, na disposição que determina que caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apreciar as propostas de estatuto, de adesão de novos patrocinadores e de instituição de planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-Jud).

O projeto aprovado regula disposição constitucional que autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, a fixar, para o valor das aposentadorias e pensões de seus servidores, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social – RGPS.

Destacam-se no texto aprovado, os seguintes pontos:

- ✓ o novo regime é facultativo para os servidores que já tenham ingressado no serviço público até a data de início da sua vigência;
- ✓ o valor máximo dos benefícios pagos aos servidores públicos que ingressarem após a instituição do regime de previdência complementar ou que optarem por ele será igual ao teto dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS (trabalhadores do setor privado);
- ✓ aos servidores públicos que optarem pelo regime de previdência complementar será devido benefício especial em função do tempo de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social -RPPS e será reajustado pelo mesmo índice de correção dos benefícios do RGPS;
- ✓ autoriza a criação das seguintes entidades de previdência complementar fechadas, estruturadas na forma de fundação, de natureza pública, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa, financeira e gerencial: (a) FUNPRESP-Exe: para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Executivo, por meio de ato do Presidente da República; (b) FUNPRESP-Leg: para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Legislativo, por meio de ato do Presidente do Congresso Nacional; e (c) FUNPRESP-Jud: para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário, por meio de ato conjunto do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

- ✓ o servidor que tiver remuneração inferior ao teto dos benefícios do RGPS poderá contribuir para o regime de previdência complementar, porém, nesses casos, não haverá contribuição da União;
- ✓ a alíquota de contribuição do participante será definida por cada servidor e alíquota da União será igual à definida pelo participante, não podendo exceder 8,5%;
- ✓ a alíquota de contribuição do participante do regime de previdência complementar para o RPPS será de 11,0% e incidirá sobre a parcela da base de contribuição que não exceder o teto dos benefícios do RGPS;

A proposta mostra-se benéfica, dado que aumenta a austeridade dos gastos de recursos públicos hoje drenados pelo regime deficitário de previdência dos servidores públicos. Medidas dessa natureza acabam tendo impacto positivo para toda a economia do país e, por conseqüência, para o setor produtivo. Isso porque os recursos públicos poupados poderão ser destinados a obras de infraestrutura, além de mitigar a sempre crescente pressão pelo aumento geral da carga tributária para fazer frente aos gastos governamentais federais.

O projeto deverá ser apreciado, amanhã, nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, será votado pelo plenário do Senado Federal. Se aprovado, sem alterações, será encaminhado à sanção presidencial.

## Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico debate “Fator Previdenciário”

Foi realizada, hoje, na Câmara dos Deputados, audiência pública, promovida pela Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social, para debater o “Fator Previdenciário” com a presença de representantes das seguintes entidades: **Confederação Nacional da Indústria- CNI**; Ministério da Previdência Social; Confederação Nacional da Agricultura – CNA; Confederação Nacional do Comércio – CNC; Força Sindical; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – Anfip; Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Nova Central e SINDIFISCO.

O representante da CNI, **Flavio Castelo Branco**, manifestou a posição da entidade contrária à extinção do Fator Previdenciário sem a implementação de medida alternativa que possa preservar o equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência. Disse que após a adoção do Fator o aumento na idade média de aposentadoria por tempo de contribuição foi de 2 anos entre os homens e 1,3 entre as mulheres. Ressaltou que como não existe idade mínima para aposentadoria no RGPS, o Fator Previdenciário tem exercido papel extremamente importante na contenção do crescimento das despesas previdenciárias. Disse, ainda, que estimativas do Ministério da Previdência Social apontam para uma redução de despesas, entre 1999 a 2011, de 40 bilhões de reais.

As demais entidades patronais – CNC e CNA – concordaram com o posicionamento da CNI em relação ao tema. Concluíram que o fim do fator agora seria um retrocesso, mas reconheceram a necessidade de se ampliar o debate na busca de uma proposta alternativa.

O representante do Ministério da Previdência Social ressaltou que a aplicação do Fator Previdenciário não alcançou o fim almejado, ou seja, o trabalhador não posterga o pedido de aposentadoria. Disse que no período de 2002 até 2012, 60% dos trabalhadores se aposentaram na faixa dos 54 anos. Ressaltou, no entanto, que é necessário discutir e encontrar um novo sistema que substitua com vantagens o fator previdenciário.

Os representantes dos trabalhadores destacaram que a aplicação do fator reduz em 30% o valor das aposentadorias e que é necessária sua extinção. O representante do DIEESE, no entanto, disse que o fim do fator não soluciona o problema e que não existe consenso, no meio sindical, em relação às propostas alternativas em discussão – Fórmula 85/95 e 80/90 (proposta da Força Sindical).

Ao final da reunião o presidente da Câmara de Negociações, agradeceu a participação de todos disse que aguarda as contribuições do setor privado sobre o tema.

## Frente Ambientalista debate na Câmara economia verde e a Rio+20.

A Frente Parlamentar Ambientalista e as Comissões de Meio Ambiente (CMADS) e Relações Exteriores (CREDN) da Câmara dos Deputados realizaram hoje o seminário para debater a Economia Verde, um dos temas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, que será realizada de 20 a 22 de junho no Rio de Janeiro. O seminário encerrou o ciclo de palestras e debates da Frente Ambientalista para a Rio+20, intitulado “Em busca de uma economia sustentável”.

Foram palestrantes: o Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Paulino Franco; a Ministra de Meio Ambiente (MMA), Izabella Teixeira; o Representante da FAO no Brasil, Hélder Muteia; o Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, Roberto Klabin; o Economista Sérgio Besserman; a Economista e Diretora do Centro de Estudos da PUC-Rio, Sandra Rios; e o deputado Sarney Filho (PV/MA), Presidente da CMADS e Coordenador da Frente Ambientalista.

**Paulino Franco** apresentou as negociações em curso pelo governo brasileiro em preparação à Rio+20 nos planos nacional e internacional. No âmbito interno, destacou a Comissão Nacional, representativa da sociedade brasileira, que elaborou o documento de contribuição brasileira ao “Rascunho Zero” que serve de base para as discussões do Comitê Preparatório da Conferência. Internacionalmente, esta semana o Brasil participa da rodada de negociações do processo preparatório, na ONU, em Nova York, em torno desse documento, que já evoluiu das 17 páginas de conteúdo sintético, geral e caráter mais declaratório iniciais para 170 páginas de matéria propositiva para discussão na Conferência. Para o Brasil, o conceito de economia verde ainda não é algo totalmente assentado, e há a preocupação de que não venha a ser utilizado como barreira comercial não-tarifária pelos países desenvolvidos.

**Izabella Teixeira** ressaltou o esforço brasileiro e internacional na busca de consenso em torno do tema da economia verde, para que a Rio+20 possa servir ao fortalecimento do multilateralismo, lembrando que acolher as teses dos 194 países participantes não é uma tarefa fácil. Destacou as iniciativas empresariais para participar do processo de debates da Conferência, citando aquelas da CNI, da FIESP em conjunto a FIRJAN, do CEBDS e do Instituto Ethos, além da participação empresarial na proposta apresentada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo brasileiro. Comunicou sobre os diálogos preparatórios organizados pelo MMA, como o que ocorreu em março tratando de economia verde com a participação de especialistas brasileiros e representantes da OCDE, e os que ocorrerão em abril sobre governança para o desenvolvimento sustentável e em maio com a mídia e com o Poder Judiciário. Lembrou que um grande desafio da Conferência é que deverão ser tomadas decisões políticas de curto prazo que terão efeitos inter-geracionais, uma vez que o modelo econômico atual está atingindo o limite do planeta, e que a solução será encontrar uma nova política econômica que seja capaz de dar preços de mercado às chamadas “externalidades socioambientais”.

**Hélder Muteia**, representando a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em nome do ex-ministro José Graziano, apresentou de forma sucinta o que é a proposta da FAO para a Rio+20, que promove um “*esverdeamento*” da economia internacional por meio da agricultura, investindo na conscientização dos agricultores, na racionalização do uso da água, no apoio tecnológico a pequenos agricultores e na distribuição mais equitativa do alimento.